



Célio Azevedo

Meirelles vê Brasil forte para enfrentar crises

Contas brasileiras atravessam fase próspera e estão prontas, inclusive, para enfrentar crises econômico-financeiras externas que possam repercutir no país. A opinião é do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles (na foto, com o senador Gilberto Mestrinho), em depoimento na Comissão Mista de Orçamento.

Página 3

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano X – Nº 1.924 – Brasília, sexta-feira, 30 de abril de 2004

Mínimo de R\$ 260 causa polêmica no Plenário

Sob "pressões fiscais muito severas", como afirmou o líder Aloizio Mercadante, o governo fixou ontem o valor do salário mínimo a vigorar a partir de sábado. O anúncio foi tema de dez discursos de senadores em Plenário, a maioria com críticas ao Executivo

Páginas 4 e 5

Sarney lança livro com biografia das senadoras

O livro *Dados Biográficos das Senadoras*, elaborado pela Subsecretaria de Arquivo para celebrar o Ano Nacional da Mulher, foi lançado ontem pelo presidente do Senado, José Sarney. A publicação reúne o perfil e a atividade parlamentar das 28 mulheres que chega-

ram ao Senado, a começar por Eunice Michilles, que assumiu o mandato em 1979, representando o Amazonas. Sarney afirmou que, ao divulgar a obra, o Senado permite ao público acesso à biografia de mulheres que fazem parte dos avanços da história recente do Brasil.

Página 8



Gerardo Magela

AUDIÊNCIA Representantes da Anatel, do Cade e do governo no debate coordenado por Osmar Dias e Hélio Costa

Denúncias de cartelização na telefonia preocupam governo

Em audiência pública na Comissão de Educação do Senado, o secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Daniel Goldberg, manifestou-se "preocupado com eventuais praticas anticompetitivas" no mercado de telefonia fixa no país. Desde janeiro, a secretaria recebeu três denúncias de cartelização envolvendo empresas – que vêm sendo "profundamente" investigadas, segundo Goldberg.

Página 3

Gerardo Magela



PIONEIRA Primeira mulher a tomar posse como senadora, em 1979, Eunice Michilles discursa no lançamento do livro, feito por Sarney

EMPREGO

Tuma, Eduardo e Lúcia Vânia discutem opções para jovens

Página 6

Viana destaca eficiência de faculdade de medicina

O senador Tião Viana (PT-AC) homenageou ontem a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, que está completando

Rosevelt Pinheiro



Tião Viana celebra os 50 anos da instituição

50 anos de atividade. Segundo o parlamentar, que atestou a qualidade da faculdade quando se especializou em Medicina Tropical, em 1987, o veredito sobre a seriedade da instituição foi dado pelo

Ministério da Educação. A faculdade recebeu o conceito "A" em Enfermagem e "B" em Medicina, no ano de 2002, no chamado Provão.

Viana lembrou que a faculdade foi reconhecida em 1959 e, em 1960, foi federalizada pelo governo do presidente Juscelino Kubitschek. Agora, ao completar 50 anos, Tião Viana disse esperar que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva dê resposta rápida a processo que tramita na Casa Civil e autorize a faculdade a se transformar em universidade.

Tião Viana informou ainda que a faculdade oferece três cursos superiores – Medicina, Enfermagem e Biomedicina – e mantém cursos também de especialização em Saúde Coletiva e em Enfermagem Obstétrica, além de cursos de pós-graduação em Patologia, Medicina Tropical e Infectologia. Até agora passaram pelos cursos superiores da faculdade 3.204 alunos e, pelos cursos técnicos 2.455, assinalou o senador.

Governo quer revitalizar malha ferroviária, diz Ideli

Senadora lamenta que investimentos em ferrovias não tenham sido priorizados pelos governos anteriores

José Cruz



EVENTO Ideli lembrou os 150 anos da implantação de ferrovias no Brasil, celebrados ontem

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) lembrou os 150 anos de implantação das ferrovias no Brasil, comemorados ontem. Em 29 de abril de 1854, a locomotiva "Baronesa" percorreu 14,5 quilômetros de trilhos entre Mauá e Fragoso, no Rio de Janeiro.

Ideli, que participou de evento promovido pela Associação Nacional dos Transportes Ferroviários (ANTF), disse

que o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, expressou a disposição do governo Lula de revitalizar a malha

ferroviária do país.

A senadora lamentou que os investimentos em ferrovias não tenham sido priorizados pelos últimos governos. Ideli observou que apenas 24% do transporte no Brasil é feito por ferrovias, enquanto na Rússia esse percentual chega a 81%; no Canadá, a 46%, e na Austrália e nos Estados Unidos, a 43%.

– Todos sabemos do esforço que vem sendo desenvolvido para que possamos recuperar o tempo perdido, o sucateamento de todo o nosso sistema de integração de infra-estrutura dos transportes. Teremos que trabalhar muito, investir muito, fazer muitas parcerias para recuperar o tempo perdido.

Antonio Carlos homenageia os 90 anos de Dorival Caymmi

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresentou voto de congratulações a ser encaminhado pelo Senado ao cantor e compositor baiano Dorival Caymmi, que completa 90 anos hoje. Antonio Carlos disse que a homenagem se justifica pelos serviços prestados por Dorival Caymmi à música, à Bahia e ao Brasil.



José Cruz

"Deus há de lhe dar ainda mais", deseja ACM

Antonio Carlos ressaltou a amizade de longa data que nutre por Caymmi e o amor que ambos compartilham pela Bahia. Ele aproveitou para se congratular também com a família do músico e com o povo brasileiro pelo aniversário do cantor. "Deus lhe deu 90 anos e há de lhe dar ainda mais pela sua dedicação e amor ao país", afirmou o senador.

Marcos Guerra elogia indicação de Rita Camata para secretaria

O senador Marcos Guerra (PSDB-ES) comunicou a posse ontem da ex-deputada Rita Camata na Secretaria de Desenvolvimento, Infra-Estrutura e Transportes do Espírito Santo. O senador ressaltou a importância da escolha para o estado, lembrando a biografia de Rita Camata, que foi deputada federal por quatro mandatos e concorreu nas últimas eleições para a Presidência da República como vice na chapa de José Serra (PSDB).

– Essa decisão é muito importante neste momento em que o governo se volta para a reconstrução do estado, com destaque para a recuperação das rodovias. O Espírito Santo e o governador Paulo Hartung estão de parabéns – resalta ele.



José Cruz

Marcos Guerra destaca trajetória de Rita Camata

Agenda

Sessão não deliberativa tem início às 9h

Os senadores participam hoje, a partir das 9h, de sessão não deliberativa. Sem a votação de matérias, ela é destinada aos discursos dos parlamentares e a avisos da Mesa diretora. Os primeiros oradores inscritos para falar na tribuna são os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Serys Slhessarenko (PT-MT).

Videoconferência comemora o Dia do Trabalho

Para lembrar o Dia do Trabalho, o senador Paulo Paim e o Fórum Sindical dos Trabalhadores realizam, às 10h, videoconferência para discutir a situação atual dos trabalhadores brasileiros. O evento, no auditório do Interlegis, será transmitido para todas as assembleias legislativas do país.



Documentário sobre Brasília

No domingo, às 16h, a TV Senado reapresenta o programa *Senado Documento*, que conta a história de Brasília, a Capital da Esperança. Trata-se de uma homenagem aos 44 anos de inauguração da nova sede da República.

Regionalização na TV

O Conselho de Comunicação Social (CCS) reúne-se na próxima segunda, às 14h, para discutir o projeto da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) que obriga as emissoras a reservarem tempo para a programação regional (PLC 59/03).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



ISENÇÃO DE ICM Ana Júlia diz que matéria muda cálculo de compensação aos estados

Ana Júlia quer adaptar Lei Kandir à reforma tributária

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) informou ontem ter apresentado projeto de lei complementar que regulamenta a reforma tributária, adequando a Lei Kandir às regras determinadas pela reforma.

O projeto de Ana Júlia trata da forma de calcular a compensação financeira que estados e municípios recebem pelas isenções fiscais concedidas a produtos exportados. A Lei Kandir (Lei Complementar 87/96) dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos produtos primários destinados à exportação.

A reforma tributária aprovada no ano passado incluiu na Constituição federal a não incidência do ICMS sobre exportações e estabeleceu que a União entregará aos estados e municípios montante a ser definido por lei complementar. É o que faz a proposta apresentada por Ana Júlia: define critérios, prazos e condições desse repasse.

O objetivo da Lei Kandir é aumentar a competitividade dos produtos brasileiros, especialmente os primários e os semi-elaborados. Essa lei, explicou a senadora, prevê compensação para os estados pela perda gerada com a isenção fiscal. Para este ano, o orçamento prevê a transferência de R\$ 4,3 bilhões em compensações para estados e municípios.

O projeto apresentado pela senadora corrige inadequação das versões anteriores da Lei Kandir. Acontece, explicou Ana Júlia, que a lei Kandir desonerou apenas os bens primários e semi-elaborados. A nova proposta, acrescentou, inclui o saldo da balança comercial entre os critérios de cálculo das compensações financeiras.

Ameaça à concorrência na telefonia preocupa governo

Audiência na Comissão de Educação discute a venda da Embratel e denúncias de cartelização no setor

Em audiência pública na Comissão de Educação e respondendo ao senador Hélio Costa (PMDB-MG), o secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Daniel Goldberg, afirmou ontem estar "preocupado com eventuais práticas anticompetitivas" na telefonia fixa no país. Desde janeiro, a secretaria recebeu três denúncias de cartelização envolvendo a Telemar, Telefonica e Brasil Telecom. Os casos estão sendo investigados "profundamente", disse.

Presidida pelo senador Omar Dias (PDT-PR), a comissão se reuniu para ouvir autoridades sobre a venda da Embratel e sobre denúncias de cartelização na telefonia.

O presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), João Grandino Rodas, garantiu que a confirmação da venda da Embratel para o grupo mexicano Telmex (feita pela concordatária norte-americana MCI) "não encerra" a apuração das denúncias, contra as três grandes empresas de telecomunicações, de práticas predatórias de concorrência.

A última denúncia surgiu com a apreensão, pela polícia, de mais de 200 caixas de documentos na Telefonica, em São Paulo, onde teria sido encontrado documento que menciona a possibilidade de "alinhar pelo teto" as tarifas de interurbano se as três empresas conseguissem comprar a Embratel – elas chegaram a criar o consórcio Calais, com essa finalidade.

Também participou da audiência o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Pedro Jaime Ziller. Ele garantiu que não permitirá que os usuários de antenas parabó-

licas do país, que captam imagens de TV aberta, sejam prejudicados com a mudança de dono da Embratel. Explicou que a agência acompanha a venda com cuidado também por causa da banda X do satélite Star One, por onde trafegam informações das Forças Armadas brasileiras.

Os senadores Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) e Reginaldo Duarte (PSDB-CE) se mostraram preocupados com os consumidores e os interesses nacionais. Juvêncio sublinhou que confia nos órgãos oficiais de defesa da livre concorrência.

O senador Hélio Costa questionou a possibilidade de demissão de parte dos 15 mil funcionários da Embratel. Mas o presidente do Cade, João Grandino Rodas, observou que se trata de negócio entre empresas privadas e elas poderiam, se quisessem, recusar proposta do governo com essa finalidade. No entanto, acrescentou, o governo buscará negociar a manutenção dos empregos.



DEBATE Mestrinho (C) preside audiência com Henrique Meirelles na Comissão Mista de Orçamento

Crescimento da economia deve ficar em 3,5% este ano, afirma presidente do BC

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, disse ontem na Comissão Mista de Orçamento (CMO) que o governo vem criando as condições necessárias para retomada do crescimento econômico sustentável do país. Segundo ele, indicadores como aumento das exportações, austeridade fiscal, reconquista da confiança externa na economia brasileira e firme combate à inflação mostram que a política econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva está no caminho certo.

Meirelles voltou a reafirmar

que o crescimento econômico previsto para 2004 deve ficar mesmo na casa dos 3,5%. E ressaltou que esse percentual poderá ser superior nos próximos anos, já que os principais indicadores são positivos. Meirelles compareceu à reunião, realizada em conjunto com as Comissões de Fiscalização e Controle (CFC) e de Assuntos Econômicos (CAE), para avaliar o cumprimento das políticas monetária, cambial e de crédito, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O presidente do Banco Cen-

tral afirmou que as contas brasileiras atravessam uma fase próspera, pronta, inclusive para enfrentar crises econômico-financeiras externas. Ele informou que a relação entre dívida externa líquida brasileira e Produto Interno Bruto (PIB) está decrescendo, e atingiu em março a casa dos 11%.

Parlamentares da oposição condenaram a política econômica do governo. Eles estranham que, apesar do quadro positivo apresentado por Meirelles, o desemprego continue a crescer, fruto do arrocho.

CAS aprova nomes de novos dirigentes para a ANS

Por 21 votos a favor e 2 contrários, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem as indicações de Alfredo Luiz de Almeida Cardoso e de Gilson Caleman para exercerem o cargo de diretores da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). As duas mensagens da Presidência da República com as designações serão agora submetidas ao Plenário.

O relator da designação de Cardoso, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), destacou em seu parecer que o indicado, especialista em Clínica Médica e em Terapia Intensiva, foi médico da Força de Apoio da Marinha do Brasil, chefe do CTI do Hospital das Clínicas de Niterói (RJ), superintendente da Rede de Centros Médicos da Empresa de Serviços Hospitalares (Esho) do Grupo Amil, diretor-geral do Hospital Barra D'Or, diretor-geral do Hospital Copa D'Or e diretor técnico da Empresa de Gestão Hospitalar do HIS (Gestal).

Já a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), relatora da designação de Caleman, registrou que o indicado tem especialização médica na área de Homeopatia e é mestrando em Medicina Baseada em Evidências, na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Foi coordenador-geral dos Projetos Especiais da Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, representante do Ministério da Saúde na comissão interministerial para elaboração de alternativas de financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS), diretor técnico do Hospital das Clínicas de Marília (SP) e consultor do Institute for Health Sector Development, da Inglaterra, junto à Secretaria Estadual de Saúde do Ceará, entre outros cargos.

Plenário decide indicações de novos embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou as indicações do presidente da República para duas embaixadas brasileiras. Para a África do Sul foi aprovado o nome do diplomata Lúcio Pires de Amorim. O colegiado acertou também a escolha de Elim Saturnino Ferreira Dutra para o Egito.

As mensagens do Executivo seguem agora para análise do Plenário do Senado. Os relatores das matérias, senadores Marcelo Crivella (PL-RJ) e Pedro Simon (PMDB-RS), ressaltaram a importância do estreitamento das relações com esses dois países. De acordo com Crivella, o comércio com a África do Sul representou US\$ 953 milhões em 2003 para o Brasil. Simon destacou que o país árabe com o qual o Brasil tem registrado o maior superávit é o Egito.

SALÁRIO MÍNIMO

O reajuste de R\$ 20 anunciado ontem pelo governo Lula repercutiu no Plenário do Senado. Mercadante e Suplicy justificaram o novo valor, duramente criticado por Alvaro Dias, Mão Santa e Papaléo Paes



RESPEITO Mão Santa defende um mínimo "condizente com a dignidade do trabalhador"

Mão Santa quer que Senado rejeite MP com novo valor

O senador Mão Santa (PMDB-PI) disse que o Senado não deve aprovar a medida provisória (MP) que fixará o mínimo em R\$ 260, mas elaborar "uma lei boa e justa que dê um salário condizente com a dignidade do trabalhador". Ele enfatizou que o salário mínimo brasileiro é um dos menores do mundo.

O senador afirmou que, quando foi criado por Getúlio Vargas, o mínimo valia o equivalente a R\$ 592. Acrescentou que, para o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), o salário suficiente para uma vida digna deveria ser de R\$ 1.140.

Mão Santa ressaltou que o salário mínimo nos Estados Unidos é de US\$ 5,15 por hora. Já o brasileiro equivale a US\$ 0,40 a hora – 13 vezes menor, assinalou. Entre outros países, citou o salário mínimo da Grécia (US\$ 2,60 a hora) e da Espanha (US\$ 2,90 a hora). O Partido dos Trabalhadores, "numa ironia do destino, está prestigiando o capital e as riquezas", afirmou.

Em aparte, o senador Almeida Lima (PDT-SE) disse que o mínimo de R\$ 260 é pobre, "mas mais pobre ainda é o governo do PT".

Governo priorizou os mais pobres, afirma Mercadante

■ Conforme o senador, "pressões fiscais muito severas" impediram que aumento fosse superior a R\$ 20

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou ontem, em entrevista em seu gabinete, que o governo priorizou os mais pobres ao aumentar o salário-família. Segundo ele, as "pressões fiscais muito severas" impediram reajuste do salário mínimo superior a R\$ 20.

De acordo com o líder, a ampliação do mínimo para R\$ 260 irá causar despesas orçamentárias de R\$ 4,28 bilhões.



LIMITAÇÕES Mercadante avalia que impacto no orçamento será o menor possível

Isso equivale, acrescentou, a um terço de tudo o que o país irá investir, por exemplo, em estradas, saúde, portos e em outros setores.

Mercadante ressaltou que o governo priorizou os mais vulneráveis. Conforme exemplificou, um chefe de família com três filhos até 14 anos e que ganha o salário mínimo e o salário-família terá sua renda aumentada de R\$ 282 para R\$ 320.

– O impacto orçamentário é o menor possível e o alcance social é o maior possível – afirmou Mercadante.

O senador disse ainda que não vê possibilidades de o Congresso Nacional alterar a medida provisória (MP) do novo salário mínimo de forma a aumentar o valor definido pelo governo. Segundo Aloizio Mercadante, não há espaço para isso, "a não ser que se cortem programas essenciais".

Para Suplicy, Executivo teve de observar "todos os limites" ao definir reajuste

"É importante que consideremos todos os limites que estão sendo observados pelo governo para definir o novo valor do salário mínimo", opinou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ao responder a vários senadores que criticaram o fato de o reajuste ter ficado 1,73% acima da inflação, apenas R\$ 4 de aumento real. Ele afirmou que o governo tem a responsabilidade de gastar o que efetivamente arrecada, e destacou o impacto que o aumento causa no orçamento da Previdência.

O senador concordou com opinião do senador Cristovam Buarque (PT-DF) de que seria essencial ver a remuneração do trabalhador mais amplamente, considerando não apenas o que ele recebe pelo seu trabalho diretamente, como o direi-



REALIDADE Só se pode gastar o que realmente é arrecadado, segundo Eduardo Suplicy

to que tem a educação, saúde, previdência, qualidade do meio ambiente, lazer e cultura.

Na avaliação de Suplicy, seria importante que, ao definir os próximos aumentos, o governo considerasse também os valores repassados à população na forma de transferência de renda. O senador lembrou que o

projeto que institui a renda básica de cidadania para cada brasileiro já foi aprovado e manifestou sua esperança de que o programa será implantado nos próximos anos.

– Espero que possamos mudar a relação do que atualmente pagamos de juros da dívida pública com o que reservamos para transferência de renda. Em 2003 pagamos, nos três níveis de governo, R\$ 145 bilhões. Para este ano é estimado o pagamento de R\$ 121 bilhões. Por outro lado, R\$ 5,2 bilhões deverão ser repassados em 2004 por intermédio do programa Bolsa-Família. É possível que cheguemos, em 2005 ou 2006, a destinar 5% do Produto Interno Bruto (PIB) para distribuir entre cada um dos brasileiros – afirmou Eduardo Suplicy.



CRÍTICA Papaléo observa que situação atual do trabalhador é constrangedora

Muito se fala e quase nada tem sido feito, diz Papaléo Paes

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) afirmou que discorda do reajuste que o governo pretende conceder ao salário mínimo. Para ele, apesar de muito se falar sobre a necessidade de se dar um aumento real, nada de efetivo foi feito pelos governos anteriores e, ao que parece, pelo atual.

Papaléo comentou reunião de oito horas, realizada quarta-feira entre o presidente Lula e ministros da área econômica. Segundo relatou, Antonio Palocci, da Fazenda, defendia que o mínimo não ultrapassasse os R\$ 260, enquanto os demais admitiam que chegasse a no máximo R\$ 270.

Para Papaléo, o Brasil chegou a uma situação constrangedora, pois, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), o mínimo de 1940 equivaleria, em valores de 2002, a R\$ 661. "Diferença fantástica se compararmos com o salário mínimo atual de R\$ 240."

Papaléo considera que é possível reajustar o mínimo de forma substancial. "Basta audácia e criatividade." Segundo disse, os trabalhadores que recebem o mínimo estão submetidos às piores condições laborais.

Alvaro Dias considera "deplorável" aumento concedido

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) considerou "deplorável" o aumento real de 1,73% que o governo anunciou para o salário mínimo – o reajuste será de 8,33%, sem descontar a inflação projetada pelo governo em 6,6% desde o último aumento. Ele comparou os reajustes concedidos pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso com os do gover-

no Luiz Inácio Lula da Silva.

– No primeiro ano, em 1995, Fernando Henrique aumentou o mínimo 22% acima da inflação. Já o presidente Lula deu 1,23% e, agora, praticamente repete o percentual. O governo do PT fica devendo esta aos brasileiros.

Alvaro Dias sustentou que "os brasileiros estão frustrados" e dificil-

mente esquecerão que o PT sempre defendeu "aumentos reais generosos" para o mínimo. Para ele, "só a falta de confiança do presidente em sua equipe o levou à indecisão de dias e dias sobre o reajuste".

O senador leu trechos de matéria publicada dia 28 pelo jornal inglês *The Guardian* com "um balanço bastante negativo" dos 15 meses do

governo Lula. Conforme o jornal, o presidente "tem sido incapaz de conter a desilusão e a percepção de que sua equipe estava despreparada para governar". Alvaro ironizou afirmação do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, de que o "baixo astral" do empresariado brasileiro tem "fundo psicológico".



SENTIMENTO Conforme Alvaro, "os brasileiros estão frustrados" com o novo valor

SALÁRIO MÍNIMO

Proposta do governo federal recebe críticas de senadores opositores – José Jorge, Tasso Jereissati e Arthur Virgílio – e da base do governo – Geraldo Mesquita Júnior e Paulo Paim



ESFORÇO Paim assegura que continuará lutando por remuneração de US\$ 100

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem que votará contra a medida provisória que o governo enviará ao Congresso reajustando em R\$ 20 o salário mínimo, que passará de R\$ 240 para R\$ 260. Paim lembrou que o trabalhador que recebe o salário mínimo ficava,

antes do reajuste, com apenas R\$ 17 depois de comprar alimentos, situação que vai permanecer quase inalterada.

– Acredito que viver com isso seja uma espécie de escravidão – afirmou o senador, adiantando que continuará tentando convencer o Congresso a

eleva o salário mínimo até US\$ 100, conforme proposição de sua autoria.

Para atingir tal meta, Paim entende que basta os parlamentares tomarem consciência de sua prerrogativa de legislar e fazer justiça social. Nem ameaças de déficit na Previdên-

cia ou de quebra de prefeituras são motivo suficiente, avalia, para impedir que o Congresso eleve o padrão de vida do trabalhador que recebe “a menor remuneração do mundo”. Paim disse que em outras ocasiões o Congresso até dobrou o valor do salário mínimo.

José Jorge vê incapacidade de tomar decisões

A real necessidade de tantas reuniões ministeriais que culminaram com a decisão do governo sobre o novo salário mínimo foi questionada por José Jorge (PFL-PE). Conforme o senador, dinheiro público foi desperdiçado durante reuniões em que nada se fazia.

– Nas últimas semanas só se falava nesses encontros de dezenas de ministros que compõem o governo. Passaram cem horas para decidir o que se decidiria em uma hora, mas o que se viu foi que a montanha pariu um rato – enfatizou.

José Jorge classificou o governo de incapaz de tomar decisões, ressaltando que a administração do PT já começa a se desgastar perante a população. O parlamentar avaliou que a promessa de campanha do governo de dobrar o salário mínimo configura, hoje, “um estelionato eleitoral”. No seu entendimento, completando um terço do seu período de gestão, o governo demonstra que está sem forças para dar mais esperança ao povo.

O senador previu também que a oposição dificilmente conseguirá aumentar o reajuste durante a votação da medida provisória que estabeleceu aumento de apenas R\$ 20.



DESÂNIMO José Jorge afirma que governo está sem forças para dar esperança ao povo

Arthur Virgílio espera que Lula peça desculpas ao povo

■ Presidente deve dizer que “praticou, de certa forma, um estelionato eleitoral”, afirma senador

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou duas condições ao presidente da República para que a bancada do seu partido no Senado vote a favor da medida provisória que o governo editará aumentando o valor do salário mínimo para R\$ 260. A primeira delas é que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convoque uma rede de televisão, faça autocrítica e peça desculpas ao povo brasileiro por não cumprir a promessa que fez durante a campanha de dobrar o valor real do menor salário pago no país.

– Se ele for à televisão e disser que no passado delirou, foi demagogo, crucificou os gover-



EMENDA Arthur Virgílio anuncia que PSDB vai propor mínimo de R\$ 280

nos que o antecederam, cometeu equívocos e praticou, de certa forma, um estelionato eleitoral, se ele fizer esse gesto generoso e corajoso, o presidente Lula poderá preservar o respeito que a nação ainda pode ter por ele – afirmou Arthur Virgílio.

A outra condição estipulada pelo senador amazonense é

que o governo convença o PSDB de que é impossível oferecer um aumento maior do que o proposto. Se essas duas condições não forem cumpridas, informou Virgílio, seu partido apresentará uma emenda propondo a elevação do salário mínimo para R\$ 280. Ele comentou que esse valor ainda é inferior ao que alguns integrantes da base governista estão propondo: R\$ 330.

Em aparte, Tasso Jereissati (PSDB-CE) apoiou o pronunciamento de Virgílio. Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que uma das razões para a não concessão de um aumento maior foi o impacto que esse valor teria nas contas da Previdência. Marcos Guerra (PSDB-ES) afirmou que, depois de 13 meses de uma longa espera – já que o último aumento do salário mínimo ocorreu em abril do ano passado –, a classe trabalhadora mais uma vez ficou frustrada.

Jereissati diz que remuneração impõe autocrítica ao governo

Tasso Jereissati (PSDB-CE) criticou em Plenário o novo valor do salário mínimo, de R\$ 260, fazendo uma dura avaliação sobre a decisão do governo. Ele disse que, no primeiro ano, o governo justificou que não ofereceu um aumento maior do salário mínimo por causa da “herança maldita”. Agora, comentou o senador, a “herança maldita” é o próprio primeiro ano de governo Lula.

– É necessário que o governo venha a público fazer das duas, uma – uma autocrítica dizendo: “Tudo que nós dissemos no passado, toda a crítica que fizemos no passado foi um grande

equívoco, e viemos aqui pedir ao povo brasileiro desculpas”. Ou outra: “Nós não damos um salário mínimo maior porque somos perversos, somos maus e temos prazer em ver a população mais pobre do país com seu salário deprimido no máximo que possa” – afirmou.

Durante as últimas sessões plenárias, Jereissati fez críticas ao projeto de conversão da Medida Provisória 163/04, que reestruturou a Casa Civil da Presidência e criou cargos comissionados, e ao projeto de lei de conversão da MP 164/04, que modificou a cobrança da Cofins e do PIS-Pasep. Sobre esse,



CRÍTICA Para Jereissati, baixo reajuste se deve a “herança maldita” do próprio governo

Jereissati lembrou que “o governo quebrou um acordo entre todos os partidos” e que o novo sistema é “casuístico, que pode complicar ainda mais a vida do contribuinte e levar mais ainda o país à informalidade”.



DECEPÇÃO Mesquita Júnior diz que sua esperança está dando lugar à vergonha

Mesquita Júnior se recusa a aprovar o valor de R\$ 260

Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) afirmou que se recusa a aprovar um salário mínimo de R\$ 260. Ele disse que chegou ao Senado com o coração cheio de esperança por ter ajudado um líder operário a dirigir o país, mas com o passar do tempo a esperança está dando lugar a sentimentos como a vergonha. O senador aconselhou o presidente Lula a parar de ouvir “assessor que está a serviço do capital internacional”.

Mesquita Júnior assinalou que o presidente tem autoridade para barrar os lucros dos banqueiros e fixar um mínimo maior. Ele acrescentou que não é verdade que as prefeituras iriam quebrar com um aumento substancial do salário mínimo, já que o governador do Acre, Jorge Viana, sempre concedeu reajustes maiores.

– Todos sabem que a máquina do governo foi montada para servir aos interesses da elite, mas Lula foi eleito justamente para colocar limites na sanha voraz de lucro das elites – observou Mesquita Júnior, para quem o presidente está renunciando a esse papel.

Ele foi apartado por Arthur Virgílio (PSDB-AM), Sibá Machado (PT-AC), Paulo Paim (PT-RS) e Antero Barros (PSDB-MT).



“AFRONTA” Raupp afirma que não reajuste de salários é injustiça contra funcionários

Raupp critica descaso do Executivo com ex-territórios

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que o governo federal, além de não minimizar a injustiça praticada durante muitos anos contra os servidores federais dos ex-territórios, parece determinado a agravá-la, já que a categoria não recebeu tratamento prioritário na mesa de negociações sobre o reajuste a ser concedido ao funcionalismo federal e foi excluída da relação dos que terão seus salários corrigidos. Ele qualificou tal tratamen-

to de “uma afronta e uma injustiça”. Raupp disse que o problema afetará 31.660 servidores ativos e aposentados e 4.918 pensionistas. Mas registrou sua esperança de que essa situação seja revertida, pois o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, comprometeu-se a rever os critérios para a definição dos reajustes desses trabalhadores.

Segundo o senador, por muitos anos, nos governos anteriores, os

servidores públicos federais dos ex-territórios – Rondônia, Amapá, Roraima, Acre e Fernando de Noronha – foram absolutamente ignorados pela União.

Raupp observou que eles tiveram seus salários corroídos pela inflação e não viram atendidos, pelos administradores, pleitos como a implementação de um plano de saúde, o pagamento de adicionais de insalubridade, a correção dos valores do auxílio-transporte ou, no caso do

magistério, a extensão da gratificação de incentivo à docência.

– Esse descaso caracterizava uma discriminação praticada contra a categoria, que teve grande importância na consolidação daqueles territórios. Com a chegada do PT ao poder, os servidores públicos dos territórios federais alimentavam a expectativa de que fosse minorado o sofrimento com a correção dos prejuízos por tanto tempo acumulados – acrescentou.

Heloísa pede negociação com servidores em greve

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) manifestou preocupação com as greves de trabalhadores do setor público. Ela fez apelo ao governo para que estabeleça uma mesa de negociação com os servidores que já estão em greve ou definiram as datas para a paralisação.

Heloísa ressaltou que o setor público só presta serviço se tiver homens e mulheres cumprindo tarefas.

– Não são discos voadores que desempenham essas tarefas, são os trabalhadores do setor público que precisam ser devidamente respeitados, pois eles são vitais para o funcionamento da administração federal.

Segundo a senadora, o governo não tem política para, por meio da dinamização da economia, gerar emprego e renda, não tem política concreta para o desempregado e nem para o trabalhador da iniciativa privada, “porque a reforma da Previdência acabou legitimando um instrumento criado pelo governo Fernando Henrique Cardoso que obriga o trabalhador da iniciativa privada a trabalhar mais dez anos para não ter um corte de 40% sobre a aposentadoria”.



SEM INICIATIVA Heloísa Helena critica falta de política para emprego e geração de renda

Tuma sugere implantação do serviço civil no país

■ Senador diz que essa seria uma forma de aproveitar os jovens excedentes das Forças Armadas

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) propôs ontem que o governo federal institua o serviço civil como forma de aproveitar os jovens excedentes das Forças Armadas. Tuma lembrou que o Senado aprovou, há mais de três anos, por unanimidade, proposta de emenda à Constituição do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) nesse sentido (PEC 602/98), mas esse serviço nunca foi criado, e a matéria aguarda votação na Câmara dos Deputados.

– Órgãos que têm falta de pessoal e enfrentam grandes



À ESPERA Tuma lembra que Senado já aprovou projeto nesse sentido

problemas por isso poderiam usar o serviço desses jovens – enfatizou.

Tuma sugeriu que Antonio Carlos insistisse no projeto junto ao Executivo. Tuma considera importantíssimo dar

oportunidade de formação profissional aos jovens que, por falta de vagas, são dispensados das Forças Armadas. E ressaltou que o trabalho em órgãos públicos poderia garantir a eles uma profissão no futuro.

O senador pediu ainda que o Congresso acompanhe de perto a distribuição dos quase 3 mil cargos comissionados recentemente aprovados no Senado para uso do Poder Executivo. E assinalou que as funções foram aprovadas com o argumento de que serviriam para preencher vagas em diversos órgãos. Mas, segundo notícias publicadas, estaria havendo distribuição política, observou.

Eduardo aplaude decisão do governo

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) aplaudiu ontem a iniciativa do governo em reorganizar o programa Primeiro Emprego e procurar integrar os jovens às Forças Armadas. O senador considerou a medida positiva, ressaltando que eles precisam de disciplina, respeito à hierarquia e profissionalização. Eduardo se disse surpreso ao tomar conhecimento da expectativa dos jovens brasileiros em relação ao ingresso nas Forças Armadas. Em sua avaliação, isso se dá em decorrência das dificuldades enfrentadas para conseguirem emprego.

Eduardo citou como exemplo de integração do jovem na sociedade a iniciativa da prefe-



MEDIDA POSITIVA Eduardo concorda com a reorganização do programa Primeiro Emprego

tura de Palmas, que transformou o guarda metropolitano em “amigo da escola”, com o objetivo de afastar os traficantes

do convívio com os estudantes. A medida, informou o senador, reintegrou a escola à comunidade.

O senador também fez críticas ao governo federal, em especial ao que classificou como “ações destoantes”. Eduardo referia-se à notícia do jornal *O Globo* segundo a qual o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, teria se manifestado a favor de ocupações de prédios públicos por manifestantes.

O parlamentar lamentou a atitude de Rossetto, comparando-o com o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que, conforme afirmou, se empenha para desenvolver o setor agropecuário.

Lúcia Vânia diz que antecipou fracasso de programa social

Ao registrar que o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva reconheceu publicamente o fracasso do programa Primeiro Emprego, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou ter alertado várias vezes o governo sobre o programa, que tinha muito mais *marketing* do que resultados, o que iludiu milhares de jovens e suas famílias. Ela acrescentou que um dos motivos para o insucesso foi a insistência do governo em tratar a matéria unilateralmente, sem aceitar a colaboração do Congresso e da sociedade.

– Durante a tramitação do projeto no Senado, apresentamos várias emendas. Não apenas eu, mas todos aqueles parlamentares que trabalham com os jovens sugeriram mudanças para aprimorar o projeto, as quais foram inteiramente descartadas pela administração federal, sob a alegação de que a matéria já havia sido amplamente discutida – disse.

A senadora observou que, em julho do ano passado, quando o Ministério da Educação lançou a universalização do ensino médio, ela lamentou que a iniciativa estivesse desvinculada do programa Primeiro Emprego.



INSUCESSO Lúcia Vânia: “Governo deveria ter aceitado sugestões do Congresso”

Costa propõe novas regras para medidas provisórias

José Cruz



PRERROGATIVA Tentação de legislar por meio de MP é muito grande, argumenta Hélio Costa

Ao reclamar do excesso de medidas provisórias (MPs) editadas pelo Executivo, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) comunicou ao Plenário a apresentação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para modificar as regras de tramitação desses instrumentos legais.

Ele citou o pensador Montaigne (1533-1588) para lembrar a importância da independência dos Poderes, e chamou atenção para o fato de que a ingerência do Executivo sobre as atribuições do Legislativo, embora atenuada, não se extinguiu após a redemocratização do país, manifestando-se hoje no instituto da medida provisória.

– A MP representa, na prática, uma verdadeira usurpação, pelo presidente da República, da faculdade de legislar – avaliou o senador, para quem as

MPs, apesar de serem instrumentos constitucionais, na prática não têm sido utilizadas por motivação justa.

A média na emissão de medidas provisórias tem sido tão elevada em todos os governos que, segundo observou Hélio Costa, o uso abusivo desse instrumento não depende do perfil ideológico do chefe do Poder Executivo. “Para quem quer que o detenha, a tentação de legislar por meio de medidas provisórias torna-se muito grande.”

Por esse motivo, o senador decidiu sugerir uma mudança nas regras atuais que balizam a edição e tramitação das MPs.

Lula desperdiçou um terço do mandato, diz Bornhausen

■ Para senador, governo não respeitou os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral



ALERTA Bornhausen adverte que slogan “Muda Brasil” pode se voltar contra Lula em 2006

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) manifestou, em discurso no Plenário, pesar pela passagem do primeiro terço do governo Luiz Inácio Lula da Silva, que acontecerá neste sábado, 1º de maio. Ele afirmou que o período foi “desperdiçado e sacrificado”. Segundo o parlamentar, “não houve respeito” pelos compromissos assumidos na campanha eleitoral.

Bornhausen disse esperar que o tempo perdido se limite apenas a esses 487 dias e que o governo mude, revivendo o slogan que o PT criou em 2002, “Muda Brasil”. Ele advertiu que

esse lema pode se voltar contra Lula em 2006. Conforme lembrou, “democracia é o regime da esperança, uma vez que dá garantia à população de que a cada quatro anos é possível revisar os erros eleitorais”.

Para o senador catarinense, o presidente da República deveria reverter os erros mais gros-

seiros, como, por exemplo, “acabar com o incentivo à corrupção”, apurando o caso do ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz. A seu ver, é preciso também pôr um fim ao troca-troca de cargos públicos para amigos, muitas vezes sem a qualificação necessária.

Bornhausen observou que o Brasil é uma nação organizada, com Constituição, leis, Justiça e Congresso, e assinalou que o país está cansado de líderes carismáticos. Em aparte, José Jorge (PFL-PE) informou que o PFL legaria para o Cafezinho do Plenário um bolo, já com um terço comido, para comemorar a passagem do primeiro terço do governo Lula.

– Estão todos convidados para essa pequena comemoração. Já que o governo não está comemorando, comemoramos nós – disse José Jorge.

Líder do PSDB afirma que Executivo obstrui a pauta

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), acusou ontem o governo de “atrapalhar” e obstruir os trabalhos do Senado. “Que fique bem claro: quem entulha a pauta é o presidente Lula, que assina uma medida provisória depois da outra. A culpa é do governo e a oposição está aqui para desobstruir a pauta.”

Como exemplo, Virgílio citou a impossibilidade de votação da medida provisória (MP) que proíbe a exploração de bingos e caça-níqueis antes de um amplo debate. Os senadores governistas tentaram colocar em votação essa MP e a que trata dos contratos de gestão firmados pela Agência Nacional de Águas (ANA) esta semana.

– Se o tema da Agência Nacional de Águas não é importan-

te, não deveria virar medida provisória para entulhar a pauta. Se é importante, como votar isso depois da aprovação da Cofins, com os senadores estafados, para fazer um gesto mecânico como o governo quer? – questionou.

O parlamentar amazonense apontou incoerência do governo no tratamento dado à questão dos bingos.

– Não posso deixar de denunciar à nação a racionalidade falsa de um governo que era a favor da regulamentação dos bingos e que, depois do escândalo Waldomiro Diniz, resolve achar que a mancha ética sai com mais uma MP. Não voto essa matéria antes de um debate. Preciso reunir minha bancada, o governo precisa nos ouvir – assinalou o parlamentar.

Efraim: PT não tinha projeto de governo

O Partido dos Trabalhadores tinha um projeto de poder, e não de governo, afirmou ontem, em discurso, o senador Efraim Morais (PFL-PB), ao fazer novas críticas à administração Luiz Inácio Lula da Silva. Para o senador, pior que a crise que o país atravessa “é a falta de perspectiva de uma saída”.

Efraim disse que o PT sempre depreciou e desmereceu as administrações anteriores, fazendo crer à população que “tinha uma receita para o paraíso em curto prazo”. O partido, afirmou, criou expectativas que exacerbaram a questão social. “Uma vez vitorioso nas urnas, gerou a frustração que está aí.”

Na avaliação do senador, como o governo não sabe o que fazer, insiste em jogar pedras



CONSEQÜÊNCIA Para Efraim Morais, expectativa que foi criada resultou em frustração

no passado, atribuindo culpa aos governos anteriores. Efraim reconheceu que há dificuldades que não se originaram hoje, mas, salientou, a situação geral do país nunca esteve tão ruim como atualmente.

Em apartes, Alvaro Dias (PSDB-PR) alertou para a necessidade de mudança de rumos e Flávio Arns (PT-PR) disse que emprego, distribuição de renda e crescimento econômico são as maiores preocupações do governo Lula.

José Jorge quer demissão de Nascimento

O senador José Jorge (PFL-PE) defendeu ontem a demissão do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, em razão das críticas que teria feito ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por anunciar obras sem consultá-lo e para as quais não há dinheiro.

Segundo nota publicada ontem pela *Folha de S. Paulo*, citada pelo senador, Nascimento teria feito o seguinte desabafo a parlamentares de Mato Grosso do Sul: “Não agüento mais o presidente, ou ele não me agüenta mais”.

José Jorge disse que não pretendia fazer uma crítica ao presidente da República, mas apenas informar um fato que considera grave, noticiado por um dos principais jornais do país.

César Borges cobra providência para garantir segurança no campo

O senador César Borges (PFL-BA) cobrou providências urgentes do governo federal para dar um basta ao clima de insegurança que afeta a agricultura brasileira em razão dos conflitos sociais pela posse da terra.

– O governo deve tomar medidas imediatas sob o risco de matar a galinha de ovos do Brasil que é o setor agrícola – alertou o senador.

De acordo com César Borges, os

dados recentes divulgados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) são alarmantes e indicam que o número de conflitos é o maior dos últimos anos. Em 2003, segundo a instituição, foram registrados 1.690 conflitos, envolvendo quase 1,2 milhão de pessoas.

– Tudo isso ocorre e o governo federal fica praticamente mudo. Não há palavra de reprovação a esses

atos que denigrem a imagem do país – protestou o senador baiano, para quem o Executivo tornou-se refém e muitas vezes cúmplice desses movimentos, que, acrescentou, prejudicam as relações sociais do país.

Segundo César Borges, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, age como se não tivesse nenhuma relação com os

acontecimentos que dizem respeito à questão fundiária.

– O ministro diz que não pode ser contra os movimentos sociais porque as reivindicações são justas. Então ele deveria ser demitido, porque as famílias reclamam exatamente da inoperância do governo, que não conseguiu assentar até agora 10% de suas metas de assentamento de 170 mil famílias.



RISCO César Borges aponta falta de ação do Executivo diante de conflitos

Sarney lança obra com biografia das senadoras

■ Livro reúne o perfil das 28 mulheres que chegaram ao Senado e ajudaram a fazer a história do Legislativo

O presidente do Senado, José Sarney, lançou ontem edição especial de *Dados Biográficos das Senadoras*, publicação da Subsecretaria de Arquivo destinada a celebrar o Ano Nacional da Mulher. A obra reúne o perfil das 28 mulheres que chegaram ao Senado, a começar por Eunice Michilles, que assumiu o mandato em 1979, representando o Amazonas.

Em seu discurso, Sarney disse que, com a obra, o Senado leva ao público acesso à biografia das mulheres que fizeram parte dos avanços da história recente do Brasil. Ele elogiou as senadoras, pela dedicação ao debate e à tarefa de legislar. Também citou a funcionária Sarah Abraão como uma das grandes servidoras do Senado.

– Sarah Abraão é senadora vitalícia, faz parte da história da Casa – ressaltou.

Quanto a Eunice Michilles, que assumiu o mandato em decorrência da morte do senador João Bosco, e ficou até 1987 como única mulher a represen-



ELOGIOS Em discurso durante a solenidade, Sarney ressalta a dedicação das senadoras nos debates e nas tarefas legislativas

tar um estado no Plenário, o presidente da Casa definiu sua chegada como uma revolução.

Especialização

Sarney participou ainda, ao lado do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Maurício Corrêa, da solenidade de abertura do curso de especialização em Controle de Constitucionalidade, ministrado pela Universidade do Legislativo (Unilegis) e pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) a um grupo de 50 servidores do Legislativo e do Judiciário. O presidente do Senado ressaltou a importância do trabalho “nem sempre tão visível” da Unilegis e ILB para a formação de recursos humanos e divulgação de

conhecimento. O curso, com duração de um ano, foi desenvolvido em parceria entre a Unilegis com a Consultoria Legislativa do Senado.

Informática

A Mesa do Senado assistiu ontem a uma demonstração da Secretaria Especial de Informática (Prodasen) sobre o uso de novos equipamentos destinados a modernizar as atividades da Casa. As informações impressas em papel serão substituídas pela nova ordem do dia eletrônica, disponível nos computadores portáteis que serão instalados nas bancadas do Plenário. A informatização da ordem do dia deverá entrar em operação dentro de dois meses.

Maria do Carmo quer vitalizar o São Francisco

Maria do Carmo (PFL-SE) questionou a transposição de águas do Rio São Francisco que está sendo planejada pelo governo federal. A senadora condenou os “projetos eleitoreiros” e “apressados” que, segundo ela, dizem resolver o problema dos estados banhados pelo rio, mas que, na realidade, colocam em risco o abastecimento de água e a sobrevivência dos cidadãos nordestinos. Para tanto, ela defende um projeto de revitalização do rio



Maria do Carmo critica “projetos eleitoreiros e apressados”

antes da transposição de águas.

Maria do Carmo lembrou que o crescimento populacional tem conduzido ao aumento da demanda de água, ocasionando a escassez em várias regiões. Disse que a principal vítima da agressão ao rio é a sua foz. “Em ca-

dos extremos, como já está ocorrendo em Sergipe, a foz chega a secar e o mar avança em direção ao curso do rio, promovendo devastadora salinização.”

Motta pede audiência com Marina Silva

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou a realização de audiência pública com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. O requerimento é de autoria do senador João Batista Motta (PMDB-ES) e tem por objetivo debater o projeto da Câmara (PLC nº 107/03) que trata da utilização e proteção da vegetação nativa da Mata Atlântica. Também na reunião desta semana a CCJ aprovou requere-

mentos dos senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) e Aloizio Mercadante (PT-SP). Alvaro pediu o depoimento de Luiz Eduardo Soares, ex-secretário Nacional de Segurança Pública. E o líder do governo no Senado solicitou audiência pública com o ministro da Defesa, José Viegas Filho, e os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.



João Batista Motta quer debater projeto sobre Mata Atlântica

Mozarildo apóia a reeleição dos presidentes da Câmara e do Senado

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) manifestou posição favorável à aprovação de proposta de emenda à Constituição (PEC) para permitir a reeleição dos presidentes do Senado e da Câmara. A PEC está em discussão na Câmara. Para Mozarildo, seria casuismo não permitir a reeleição dos atuais presidentes das duas Casas – senador José Sarney e João Paulo Cunha.

– Quero manifestar minha posição favorável às propostas.



Mozarildo argumenta que não há coerência em rejeitar a PEC

O Congresso deve debater o tema com isenção e não ceder à pressão deste ou daquele Poder, de segmentos da sociedade ou da mídia nacional. O debate tem que ser tranquilo – afirmou.

Mozarildo disse defender proposta com a maior tranquilidade e ressaltou que adotaria a mesma posição se fosse outro o senador ocupando a Presidência da Casa. Para ele, não há coerência em rejeitar mudança na

Constituição para permitir a reeleição no Poder Legislativo, uma vez que já foi aprovada emenda possibilitando reeleição para os cargos de prefeito, governador e presidente da República no Executivo. Ele lembrou, inclusive, já ter havido mudança na legislação para permitir a reeleição dos reitores nas universidades.

– Na medida em que não se permite reeleição, está se punindo quem trabalha bem, seja na condução das câmaras de vereadores, no Senado ou na Câmara. Os ocupantes do Executivo podem ser eleitos duas vezes, por que não permitir esse direito aos presidentes das Casas legislativas? – questionou.

Sibá anuncia reunião da Suframa com ministro Furlan

Sibá Machado (PT-AC) anunciou ontem a realização de uma reunião do Conselho Deliberativo da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) com a presença do ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan. Segundo o senador, nesse encontro será anunciada a liberação imediata de R\$ 35 milhões para atender demandas dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Roraima e Rondônia. Ele também afirmou que



Sibá: R\$ 35 milhões serão liberados para estados da Amazônia

será negociada com o governo federal a apresentação de um projeto de lei para liberação de R\$ 75 milhões dos recursos da reserva de contingência.

– A Suframa está liderando a realização de encontro em Manaus, para a organização de uma missão comercial à China – acrescentou. Sibá afirmou a importância da Suframa como principal órgão federal de desenvolvimento na região.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Ney Suassuna, Luiz Otávio, Geraldo Mesquita Júnior, Heráclito Fortes e Mão Santa